



DIÁRIO ELETRÔNICO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 08 de março de 2018.

Edição n. 2327

**Nesta Edição:**

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

Portarias.....2

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Atos normativos.....2

Súmulas de contratos.....2

Avisos de licitações.....3

Editais.....4

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

Boletins.....4

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Avisos.....7

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

Editais.....8

RODRIGO DE ARAUJO  
ALVES:85556203091

Digitally signed by RODRIGO DE ARAUJO ALVES:85556203091  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil  
- RFB, ou=ARBANRISUL, ou=RFB e-CPF A3, cn=RODRIGO DE  
ARAUJO ALVES:85556203091  
Date: 2018.03.08 09:46:39 -03'00'



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

**PORTARIA N. 017/2018-PF  
ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

O **PROCURADOR DE FUNDAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 66 e 67 do Código Civil; 1.203 do Código de Processo Civil e 19, inciso II, alínea "a", da Lei Estadual n. 7.669/82 – Lei Orgânica do Ministério Público, c/c os artigos 2º, § 1.º; 10 e 26 do Provimento n. 72/2008, desta Procuradoria-Geral de Justiça, **APROVA** a alteração estatutária procedida em 08 de junho de 2017, no Estatuto da FUNDAÇÃO CINEMA DO RIO GRANDE DO SUL - FUNDACINE, com sede em Porto Alegre, RS, em conformidade com o que consta no PR.00031.00190/2017-4. Registre-se e publique-se.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 02 de março de 2018.

**KELLER DORNELLES CLÓS**,  
Procurador de Fundações.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**PORTARIA N. 0564/2018**

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual n. 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, SPU.PR.01055.00083/2017-0, por 30 (trinta) dias úteis, a contar do dia 09/03/2018.

**DÊ-SE CIÊNCIA.**  
**CUMpra-SE.**

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 05 de março de 2018.

**BENHUR BIANCON JUNIOR**,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.  
Registre-se e publique-se.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 6º ADITIVO AO CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AJDG n. 010/2015  
PREGÃO ELETRÔNICO N.104/2014  
PROCESSO N. 3224-09.00/14-4**

**CONTRATADA:** TELEFONICA BRASIL S/A; **OBJETO:** Acrescer, a contar de 09 de março de 2018, 90 (noventa) linhas de voz (assinatura mensal) ao item 1.13 do objeto do ajuste, ao valor unitário de R\$ 2,00 (dois reais) mensais e Prorrogar o prazo da vigência contratual por 12 (doze) meses, a contar de 09 de março de 2018; **DOTAÇÃO**

**SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N. 023/2016  
PROCESSO N. 000524-09.00/16-3**

**CONTRATADA:** MEX DIGITAL LTDA; **OBJETO:** Acrescer 20% ao objeto dos itens 1.1; 1.2 e 1.3, a contar da publicação do presente instrumento, conforme tabela abaixo:

**ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3980; **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigos 65, inciso I, alínea b, e § 1º e 57, inciso II, ambos da Lei Federal n. 8.666/93, bem como da cláusula décima segunda do ajuste.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SANÇÃO ADMINISTRATIVA  
PROCESSO N. 1158-09.00/16-4  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 41/2016**

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, aplicar à SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO EIRELI EPP: a) multa compensatória, no valor de R\$ 32,00, correspondente a 10% sobre o valor do mês da ocorrência, com fundamento no artigo 87, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e cláusula oitava, item 8.2, letra "b", do termo contratual; b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de dois meses, com base nas disposições do Decreto Estadual n. 42.250/03, que regulamenta a Lei Estadual n. 11.389/09, alterado pelo Decreto Estadual n. 45.680/08; bem como a rescisão do item 3 do contrato, com fundamento nos artigos 78, inciso I, 79, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93 e cláusula nona do ajuste.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS N. 006/2018  
PROCEDIMENTO N. 02405.000.010/2018  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 004/2018**

**CONTRATADA:** PLETSCH & RIZZON LTDA-EPP; **OBJETO:** prestação de serviço de monitoramento remoto de sistema de alarme de segurança 24 horas, com disponibilização de equipamentos, em comodato, para o prédio sede da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul/RS, conforme especificações técnicas constantes do Anexo I do Edital; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.520,00; **VIGÊNCIA:** 12(doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3989; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02, Leis Estaduais n. 11.389/99, n. 13.191/09 e n. 13.706/11, Lei Complementar n. 123/06, Decreto Estadual n. 42.434/03, Provimentos PGJ/RS n. 33 /08, 47/05 e 54/02.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de março de 2018

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2327

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CONTRATADA M <sup>2</sup>	ACRÉSCIMO DE 20% .	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO ACRÉSCIMO (R\$).
1.1	Plotagem monocromática/normal	140	28	1,00	28,00
1.2	Plotagem colorida/normal	2400	480	3,45	1656,00
1.3	Cópia Xerox plantas/normal	40	8	1,00	8,00

**VALOR TOTAL:** R\$ 1.692,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica: 3.3.90.35/3934; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea b da Lei Federal n. 8.666/93; **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,** em Porto Alegre, 07 de março de 2017.  
**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,**  
 Diretor-Geral.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2018**  
**PROCEDIMENTO N. 02405.000.005/2018**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N. 002/2018**

No dia 05 de março de 2018, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa: LICITARE PRODUTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA, vencedora dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QTDE.	VALOR UNIT.
01	Torneira para lavatório, feita de liga de cobre/latão cromada, distância entre centro de entrada de água e centro de saída de no mínimo 100mm, do tipo de fechamento automático, com tempo de abertura de 4 a 6 segundos. Similar aos seguintes modelos: Decamatic 1173C; Docol Pressmatic Compact de Mesa; Mebermatic 10060C.	Metais Globo	330101	100	R\$60,50.
02	Torneira de bica móvel, fixação na parede, feita de liga de cobre/latão cromada, mecanismo de vedação substituível (MVS) ou cerâmico ¼ de volta, arejador, conexão de ½" (DN15). O acabamento deverá ser similar ao 1170 C40 U (Meber), 1164 C41 "U" (Lorenzetti) ou 2065 C44 (Kelly).	Higiban	303231	40	R\$ 49,24
03	Torneira para jardim, feita de liga de cobre/latão cromada, ½ (DN15) com bico.	Higiban	212333	30	R\$20,00
04	Válvula de descarga para mictório, corpo feito de liga de cobre/latão cromado, acionamento horizontal, ligação semiflexível corrugada em aço inox com anel de vedação e acabamento cromado.	Blukit	190901	60	R\$70,00

**VALIDADE:** 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3032; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n. 13.191/09 e n. 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n. 40/04, n. 47/05 e n. 33/08, Lei Complementar n. 123/06 (alteração) e, subsidiariamente, Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02, Provimento PGJ/RS n. 54/02 e Decreto Estadual n. 42.434/03.  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** de Março de 2018.  
**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,**  
 Diretor-Geral.

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico n. 18/2018** (PGEA n. 01194.000.001/2018) **Tipo:** Menor preço. **Objeto:** Contratação do serviço de digitalização de 9.504 (nove mil quinhentas e quatro) páginas, leitura de dados e elaboração de relatório gerencial referente à prova discursiva do XLVIII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul realizada no ano anterior, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 21/03/2018, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 21/03/2018, às 14 horas. **Local:** [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br). **Editais disponíveis na página:** [http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao\\_eletronico](http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico). **Informações gerais:** [licitacoes@mprs.mp.br](mailto:licitacoes@mprs.mp.br). **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC 123/06 e Lei n. 8.666/93.  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,** em Porto Alegre, 07 de março de 2018.  
**LEILA DENISE BOTTEGA RUSCHEL,**  
 Pregoeira.



**EDITAL N. 029/2018**  
Resultado do Edital n. 026/2018  
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO  
(DEMP 27/02/2018)

**O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR**, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00107/2018-7, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos ([http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais\\_remocao/](http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/)), o resultado da remoção referente ao Edital n. 026/2018.  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 08 de março de 2018.  
**BENHUR BIANCON JUNIOR**,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

### **SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

#### **BOLETIM N. 33/2018-CAODH**

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00729.00008/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maristela Schneider. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. OBJETO: Averiguar quanto à insuficiência do número de vagas de estacionamento demarcadas para uso exclusivo de idosos no município de Cachoeira do Sul, conforme previsto no Estatuto do Idoso. INVESTIGADO(S): Município de Cachoeira do Sul. LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00748.00024/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTORA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Apurar irregularidades na dificuldade de acesso de pessoas que usam cadeiras de rodas na Agência São Pelegrino do Banco do Brasil. PARTES: Representantes: Alexandre Luiz Costa e Gisela Dall'Asen Feiten. INVESTIGADO: Banco do Brasil. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00763.00029/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Investigar a possível inadequação dos serviços médicos prestados na Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim. INVESTIGADO(S): Fundação Hospitalar Santa Terezinha. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00815.00001/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Juliana Maria Giongo. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar irregularidades na distribuição, aquisição e aplicação de vacinas, bem como outras questões verificadas durante a instrução do expediente, ligadas à saúde pública, junto à VACIX CLÍNICA DE VACINAS, a fim de instruir eventual ação do Ministério Público. Partes: VACIX CLÍNICA DE VACINAS. Local: Novo Hamburgo INVESTIGADO(S): Vacix Clínica de Vacinas. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01810.000.293/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luana Rocha Ribeiro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. OBJETO: Situação dos pacientes cujas famílias não demonstram comprometimento com o tratamento. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Pinheiro Machado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01810.000.078/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luana Rocha Ribeiro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. OBJETO: Situação dos pacientes cujas famílias não demonstram comprometimento com o tratamento. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Pinheiro Machado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00853.00003/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Apurar a regularidade, o funcionamento e os meios de fiscalização no sistema de seleção por meio de cotas raciais nos concursos públicos realizados para o ingresso nos quadros de servidor do Município do Rio Grande. INVESTIGADO(S): Município do Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00853.00004/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Apurar o cumprimento da legislação no atendimento de pessoas com deficiência visual nas agências da Caixa Econômica Federal na cidade do Rio Grande. INVESTIGADO(S): Caixa Econômica Federal. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00865.00005/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Necessidade de criação do cargo de terapeuta ocupacional (TO) nos quadros do Município de Santa Maria. LOCAL: Santa Maria/RS. INVESTIGADO: Município de Santa Maria. LOCAL DO FATO: Santa Maria/RS.



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de março de 2018

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2327

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01688.000.415/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Augusto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcéli da Silva Serafim Preis. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto. OBJETO: Apurar violação à saúde pública, em face de falhas de biossegurança nos gabinetes odontológicos do Município de Inhacorá/RS, constatadas em julho de 2016. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Inhacorá/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. n. DO PROCEDIMENTO: 00887.00002/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Cesar Sgarbossa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: Verificar a procedência de notícia de negativa de atendimento no serviço de pronto-atendimento médico de Arroio dos Ratos, que é prestado pelo Instituto de Saúde e Educação Vida. INTERESSADO: Paulo Cezar Rodrigues Lemos. LOCAL DO FATO: Arroio dos Ratos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00891.00016/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ioannis Fedrizzi Petalas. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: Apurar a suspensão dos serviços de transportes de pacientes para a realização de serviços de saúde. INVESTIGADO(S): Município de São Leopoldo. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00891.00017/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ioannis Fedrizzi Petalas. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: Apurar a suspensão dos serviços de transporte de agente de endemias. INVESTIGADO(S): Município de São Leopoldo. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. n. DO PROCEDIMENTO: 00903.00005/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maurício Sanchotene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: Apurar notícia de desvio de função dos cargos comissionados existentes na estrutura do Poder Executivo de Sapucaia do Sul, constando como investigado o Município de Sapucaia do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Sapucaia do Sul. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. n. DO PROCEDIMENTO: 00903.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maurício Sanchotene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: Apurar notícia da má qualidade das fraldas fornecidas pela Secretaria Municipal da Saúde de Sapucaia do Sul, constando como reclamado o Município de Sapucaia do Sul e como reclamante Érico Josino Barbosa da Costa. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal da Saúde de Sapucaia do Sul. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01894.000.089/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Verificar o descumprimento da Lei de Acesso à Informação e do princípio da publicidade quanto à ausência de informações acerca da remuneração dos agentes públicos no Portal da Transparência do Poder Executivo Municipal de Ibarama/RS. INVESTIGADO(S): Município de Ibarama. LOCAL DO FATO: Sobradinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01544.000.780/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Triunfo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Thomaz de La Rosa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo. OBJETO: Apurar denúncia sobre o funcionamento irregular de comunidade terapêutica na localidade da Boa Vista, denominada Comunidade Terapêutica Boa Vista. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Triunfo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00931.00003/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar as condições físico-sanitárias, de estrutura e de serviços da Comunidade Terapêutica Centro de Reabilitação Cristão Vida Nova, sediada no Loteamento Ipiranga, s/n, Pimenta, Viamão/RS, e promover o saneamento das desconformidades verificadas. INVESTIGADO(S): Comunidade Terapêutica Centro de Reabilitação Cristão Vida Nova. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00931.00006/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Para conhecer as conclusões do gestor municipal sobre o Relatório Final da Conferência Municipal de Vigilância em Saúde de Viamão. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00931.00005/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: apurar eventual lesão ao direito à saúde decorrente da omissão do Município de Viamão em proporcionar às pessoas que acorrem à Secretaria Municipal de Saúde orientações adequadas e tempestivas acerca dos serviços de saúde que oferta o poder público municipal, bem como referenciá-las, quando for o caso, a outros locais de assistência. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00931.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão.



OBJETO: Apurar as condições físico-sanitárias, de estrutura e de serviços da Comunidade Terapêutica Rosa de Saron, sediada na Rua Gaurama, n.849, Viamão/RS, e promover o saneamento das desconformidades verificadas. INVESTIGADA: Comunidade Terapêutica Rosa de Saron. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00931.00004/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: investigar o desabastecimento de tiras reagentes na Farmácia Municipal de Viamão. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 00931.00008/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Investigar o desabastecimento de seringas na URS Lomba do Sabão. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01654.000.277/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igreja. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Brenusa Marquardt Corleta. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igreja. OBJETO: Averiguar a prestação adequada de tratamento aos pacientes do Município de Igreja/RS, referenciado ao Serviço de Oncologia do Hospital Bom Jesus de Taquara/RS.. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Município de Igreja/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01128.00010/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Apurar o funcionamento da rede de atenção aos dependentes químicos no Município. INVESTIGADOS(S): Município de Porto Alegre e Secretaria Municipal de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01128.00024/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar as condições de infraestrutura na US Farrapos. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre, Através da Sms. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01128.00014/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos.

OBJETO: Investigar o impacto do plano de ação municipal para a população de rua de Porto Alegre (documentos anexos)na assistência e gestão de saúde mental de Porto Alegre. INVESTIGADOS(S): Prefeitura Municipal de Porto Alegre RS e Secretaria Municipal de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01128.00020/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a legalidade do Ato Administrativo (Memorando circular n. SEI 3378995/2018). INVESTIGADO(S): Secretário Municipal de Saúde. REPRESENTANTE: Conselho Municipal de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01128.00013/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar o número total de leitos que o município de Porto Alegre necessita (gerais, urgência e emergência, UTIs – adulta e neo -, psiquiátricos e outros. INVESTIGADOS(S): Município de Porto Alegre - RS e Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01128.00016/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar o fechamento da enfermaria específica para os Transplantados do SUS no Instituto de Cardiologia. INVESTIGADO(S): Instituto de Cardiologia. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. n. DO PROCEDIMENTO: 01128.00019/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a regularidade das eleições do CMS/2018. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal de Saúde – Sms. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 07 de Março de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,  
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos,  
da Saúde e da Proteção Social.  
De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de março de 2018

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2327

**CONSELHO SUPERIOR  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**AVISO N. 11/2018**

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução n. 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2018, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

**ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS:**

IC.00711.00078/2007,	IC.00715.00012/2014,	IC.00788.00062/2014,	IC.00793.00002/2017,
IC.00715.00020/2016,	IC.00716.00004/2013,	IC.00794.00021/2016,	IC.00794.00087/2015,
IC.00717.00016/2016,	IC.00718.00016/2016,	IC.00796.00001/2015,	IC.00796.00013/2016,
IC.00718.00024/2016,	IC.00718.00035/2016,	IC.00797.00025/2010,	IC.00798.00010/2014,
IC.00718.00096/2014,	IC.00722.00059/2013,	IC.00798.00024/2007,	IC.00798.00044/2015,
IC.00722.00062/2015,	IC.00723.00009/2016,	IC.00801.00014/2016,	IC.00801.00021/2014,
IC.00723.00022/2015,	IC.00725.00006/2016,	IC.00801.00046/2015,	IC.00801.00064/2012,
IC.00728.00002/2013,	IC.00729.00001/2014,	IC.00802.00014/2014,	IC.00810.00029/2009,
IC.00729.00006/2015,	IC.00731.00004/2014,	IC.00813.00023/2010,	IC.00814.00045/2016,
IC.00732.00030/2011,	IC.00732.00045/2013,	IC.00818.00014/2012,	IC.00819.00018/2015,
IC.00734.00003/2016,	IC.00735.00005/2015,	IC.00820.00057/2015,	IC.00820.00076/2017,
IC.00735.00013/2015,	IC.00735.00016/2011,	IC.00820.00077/2013,	IC.00820.00131/2012,
IC.00735.00027/2015,	IC.00735.00048/2010,	IC.00820.00141/2016,	IC.00820.00176/2015,
IC.00737.00020/2013,	IC.00738.00003/2015,	IC.00820.00180/2012,	IC.00820.00200/2015,
IC.00739.00106/2015,	IC.00739.00109/2015,	IC.00820.00202/2016,	IC.00820.00218/2016,
IC.00740.00010/2017,	IC.00743.00007/2016,	IC.00820.00221/2010,	IC.00821.00005/2012,
IC.00743.00021/2015,	IC.00746.00012/2013,	IC.00821.00006/2012,	IC.00824.00032/2015,
IC.00748.00049/2011,	IC.00748.00094/2017,	IC.00824.00083/2017,	IC.00824.00091/2017,
IC.00748.00106/2015,	IC.00748.00107/2017,	IC.00824.00100/2017,	IC.00824.00124/2016,
IC.00748.00161/2015,	IC.00748.00170/2016,	IC.00825.00004/2016,	IC.00828.00017/2013,
IC.00748.00192/2016,	IC.00748.00213/2016,	IC.00829.00006/2016,	IC.00832.00045/2017,
IC.00748.00233/2016,	IC.00748.00240/2016,	IC.00832.00098/2016,	IC.00833.00015/2016,
IC.00748.00257/2014,	IC.00748.00342/2013,	IC.00833.00071/2016,	IC.00833.00095/2015,
IC.00751.00010/2014,	IC.00751.00020/2010,	IC.00833.00098/2011,	IC.00833.00112/2013,
IC.00751.00024/2013,	IC.00751.00038/2016,	IC.00850.00005/2016,	IC.00851.00005/2012,
IC.00753.00072/2005,	IC.00754.00054/2011,	IC.00852.00099/2016,	IC.00856.00018/2012,
IC.00754.00093/2011,	IC.00755.00009/2015,	IC.00856.00024/2015,	IC.00856.00042/2008,
IC.00755.00014/2017,	IC.00755.00020/2016,	IC.00857.00007/2016,	IC.00857.00055/2008,
IC.00755.00041/2016,	IC.00762.00001/2012,	IC.00858.00027/2009,	IC.00861.00002/2015,
IC.00762.00005/2017,	IC.00762.00015/2010,	IC.00861.00101/2011,	IC.00862.00003/2015,
IC.00762.00029/2016,	IC.00762.00083/2012,	IC.00862.00007/2013,	IC.00862.00009/2016,
IC.00762.00131/2011,	IC.00762.00236/2011,	IC.00862.00012/2012,	IC.00864.00053/2012,
IC.00763.00010/2016,	IC.00763.00013/2017,	IC.00864.00215/2009,	IC.00865.00041/2013,
IC.00763.00066/2015,	IC.00765.00002/2015,	IC.00865.00042/2016,	IC.00865.00057/2013,
IC.00767.00002/2016,	IC.00771.00005/2011,	IC.00867.00008/2017,	IC.00867.00022/2010,
IC.00771.00015/2017,	IC.00771.00024/2016,	IC.00872.00033/2008,	IC.00872.00041/2016,
IC.00771.00027/2017,	IC.00772.00025/2014,	IC.00872.00080/2015,	IC.00872.00086/2015,
IC.00773.00001/2013,	IC.00773.00019/2010,	IC.00873.00001/2017,	IC.00873.00009/2017,
IC.00781.00003/2017,	IC.00781.00033/2016,	IC.00878.00016/2015,	IC.00878.00031/2015,
IC.00782.00082/2013,	IC.00783.00006/2013,	IC.00878.00068/2014,	IC.00881.00024/2011,
IC.00783.00054/2012,	IC.00783.00054/2015,	IC.00881.00029/2014,	IC.00882.00035/2015,
IC.00783.00114/2015,	IC.00784.00009/2017,	IC.00887.00020/2015,	IC.00887.00021/2011,
IC.00784.00014/2017,	IC.00786.00004/2017,	IC.00888.00006/2013,	IC.00889.00054/2015,
IC.00788.00004/2013,	IC.00788.00009/2016,	IC.00890.00021/2015,	IC.00893.00024/2015,
		IC.00894.00052/2016,	IC.00895.00009/2014,
		IC.00897.00029/2014,	IC.00898.00013/2014,
		IC.00899.00006/2008,	IC.00901.00017/2014,
		IC.00901.00039/2015,	IC.00901.00046/2015,
		IC.00901.00067/2015,	IC.00905.00005/2016,
		IC.00907.00030/2013,	IC.00907.00059/2009,
		IC.00907.00069/2011,	IC.00907.00144/2014,
		IC.00910.00008/2016,	IC.00911.00041/2017,
		IC.00911.00063/2010,	IC.00912.00005/2015,
		IC.00913.00014/2016,	IC.00913.00022/2012,
		IC.00913.00043/2015,	IC.00914.00007/2017,
		IC.00914.00009/2017,	IC.00914.00013/2017,
		IC.00914.00016/2015,	IC.00914.00020/2017,
		IC.00914.00026/2017,	IC.00914.00088/2015,
		IC.00914.00092/2014,	IC.00914.00123/2016,
		IC.00914.00129/2016,	IC.00915.00009/2017,



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de março de 2018

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2327

IC.00915.00029/2014,	IC.00915.00062/2016,	IC.01202.00233/2013,	IC.01203.00017/2016,
IC.00915.00153/2016,	IC.00916.00014/2010,	IC.01203.00024/2017,	IC.01203.00034/2016,
IC.00917.00029/2012,	IC.00917.00040/2015,	IC.01211.00001/2015,	IC.01211.00014/2014,
IC.00917.00061/2016,	IC.00921.00001/2016,	IC.01217.00001/2005,	IC.01223.00005/2007,
IC.00921.00002/2016,	IC.00921.00017/2006,	IC.01234.00003/2013,	IC.01234.00016/2014,
IC.00928.00011/2007,	IC.00928.00011/2014,	IC.01234.00068/2014,	IC.01234.00109/2016,
IC.00928.00015/2007,	IC.00928.00043/2015,	IC.01342.00001/2009,	IC.01349.00027/2011,
IC.00929.00045/2016,	IC.00929.00061/2014,	IC.01349.00028/2010,	IC.01349.00047/2014,
IC.00929.00064/2012,	IC.00930.00062/2015,	IC.01349.00069/2010,	IC.01349.00072/2011,
IC.00930.00069/2010,	IC.00931.00005/2017,	IC.01349.00083/2011,	IC.01349.00100/2011,
IC.00931.00006/2017,	IC.00931.00025/2016,	IC.01349.00111/2011,	IC.01349.00169/2011,
IC.00931.00042/2014,	IC.00933.00010/2013,	IC.01349.00183/2011,	IC.01349.00195/2011,
IC.00933.00022/2013,	IC.00935.00051/2015,	IC.01349.00248/2011,	IC.01411.00038/2014,
IC.00936.00009/2015,	IC.00936.00010/2015,	IC.01411.00080/2016,	IC.01411.00084/2016,
IC.00940.00007/2015,	IC.00940.00009/2016,	PA.00942.00023/2012,	PA.01134.00256/2014,
IC.00942.00012/2012,	IC.00943.00001/2015,	PI.00748.00027/2017,	PI.00763.00082/2016,
IC.00945.00021/2006,	IC.00948.00005/2013,	PI.00873.00023/2017,	PI.00887.00035/2017,
IC.00949.00001/2017,	IC.00949.00009/2014,	PI.00900.00041/2017,	PI.00914.00077/2015,
IC.00951.00024/2016,	IC.00952.00011/2010,	PI.00930.00018/2017,	PI.00930.00022/2017,
IC.00952.00011/2013,	IC.00952.00029/2015,	PI.00938.00009/2014,	PI.01175.00059/2016.
IC.01127.00033/2010,	IC.01127.00044/2013,	<b>ARQUIVAMENTOS NÃO HOMOLOGADOS:</b>	
IC.01128.00008/2016,	IC.01128.00022/2016,	IC.00865.00005/2016, IC.00873.00013/2017.	
IC.01128.00036/2015,	IC.01128.00050/2014,	<b>RETIRADO DE PAUTA:</b> IC.00911.00030/2016.	
IC.01128.00071/2016,	IC.01128.00082/2013,	<u>Os interessados poderão solicitar ao Serviço de</u>	
IC.01128.00108/2015,	IC.01128.00114/2015,	<u>Informações e Atendimento ao Cidadão – SIAC – a</u>	
IC.01128.00338/2017,	IC.01129.00017/2015,	<u>certidão do respectivo julgamento.</u>	
IC.01130.00018/2015,	IC.01130.00025/2014,	<b>PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,</b> em Porto	
IC.01132.00017/2011,	IC.01132.00018/2017,	Alegre, 08 de março de 2018.	
IC.01175.00004/2017,	IC.01175.00022/2016,	<b>MARTHA WEISS JUNG,</b>	
IC.01175.00039/2015,	IC.01175.00040/2015,	Promotora-Assessora.	
IC.01175.00047/2016,	IC.01175.00048/2015,		
IC.01175.00057/2016,	IC.01202.00005/2017,		
IC.01202.00016/2015,	IC.01202.00041/2015,		

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

**PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS  
 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 CURSO SUPERIOR – DIREITO  
RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL**

**EDITAL N. 05/2018 DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGOA VERMELHA**

**O PROMOTOR DE JUSTIÇA DIRETOR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGOA VERMELHA,** responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que são conferidas pelo Provimento n. 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE:**

**I – DIVULGAR** o gabarito da prova objetiva, conforme quadro constante do Anexo I;

**II – TORNAR PÚBLICO E HOMOLOGAR** o resultado final do processo seletivo de estagiários de Nível superior do curso de Direito para atuarem junto à Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, conforme listagem abaixo:

**RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL**

Classificação	Nome do Candidato	n. Inscrição	Nota Final	Desempate
1	Gabriela Machado	05	85,5	
2	Laura Vieira Manica	11	82,5	
3	Thalita Nayeli de Souza Mendes	13	72,5	
4	Sabrina Dondé Uliana	08	67,5	
5	Bárbara Varnier Pomatti	10	62,5	
6	Aline Galoni	03	62	





Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de março de 2018

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2327

7	<u>Álvaro Henrique Cavagnoli Moreira</u>	07	57,5	
8	<u>Natália Bender Mognon</u>	04	52,5	06/08/1998
9	<u>Lorien Brunetto Ramos</u>	01	52,5	31/07/2000
10	<u>William Guimarães Sgarbossa</u>	06	50	
11	<u>Carolina Tonial Busin</u>	09	49,5	
12	<u>Nathan da Silva Passos</u>	12	45	

**III – DIVULGAR** as notas individuais, conforme quadro constante do Anexo II.

Lagoa Vermelha, 07 de março de 2018.

**FELIPE LISBOA BARCELOS,**  
Promotor Diretor da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha.  
Responsável pelo Processo Seletivo de Estagiários.

**ANEXO I  
GABARITO PROVA OBJETIVA**

Número da questão	Gabarito
01	E
02	C
03	D
04	A
05	B
06	D
07	E
08	B
09	E
10	A
11	C
12	ANULADA
13	C
14	D
15	A
16	D

**ANEXO II  
NOTAS INDIVIDUAIS  
(VALOR DAS PROVAS CONFORME ITEM 5.2 DO EDITAL)**

Inscrição	Prova Objetiva	Dissertação	Entrevista	Total	Situação
01	17,5	05,00	30	52,5	Aprovado
03	15,0	17,00	30	62	Aprovado
04	7,5	15,00	30	52,5	Aprovado
05	27,5	28,00	30	85,5	Aprovado
06	10,0	10,00	30	50	Aprovado
07	12,5	15,00	30	57,5	Aprovado
08	12,5	25,00	30	67,5	Aprovado
09	7,5	12,00	30	49,5	Reprovado
10	12,5	20,00	30	62,5	Aprovado
11	27,5	25,00	30	82,5	Aprovado
12	5,0	10,00	30	45	Reprovado
13	27,5	15,00	30	72,5	Aprovado